



Discurso para XIV BIEN CONGRESS, Munich 2012.

Discursado por: Bruna Augusto Pereira
Escrito por: Marcus Vinicius Brancaglione

Creio que com a presença dos membros do governo e do partido governista o que não falta aqui são defensores para o Bolsa-Família. Isto para nós facilita bastante, poupando tempo e trabalho. Porque depois de reconhecer os devidos méritos do Bolsa-Família podemos imediatamente passar ao que realmente interessa: a proposição de uma Renda Básica verdadeiramente incondicional e exequível não só no plano micro, onde já atuamos, mas no macro, no caso, nacional.

Como não temos a intenção de negar o mérito de ninguém, e queremos chegar logo ao que interessa faremos já então destas nossas primeiras palavras o reconhecimento deste mérito - e para continuar sendo suprapartidário - que tanto o bolsa-escola quanto o Bolsa-Família têm para com a assistência social e economia do Brasil. Assim, mérito reconhecido, passemos então a crítica; afinal é o mínimo que se espera de nós: porque quem toma a iniciativa cidadã do pagamento de uma Renda Básica em um país com um programa governamental das dimensões nacionais do BF não só tem que ver diferenças significativas entre um e outro, tem que, depois de anos de experiência adquirida, ter algo mais para dizer. E sim, nós temos- e é realmente uma pena que nossa ministra não esteja aqui para dizermos isso a ela.

Do ponto de quem vista de quem está por baixo e não de quem esta por cima, o dilema do BF é o seguinte: se por um lado ele não pode parar, por outro ele não pode continuar como está. Voltar então para as políticas públicas do cassete para quem pede pão, nem pensar. O que fazer então? Açucarar o gosto amargo da droga do assistencialismo? Não, muito obrigado. Evoluir é preciso, mas mais do que portas de saída, precisamos sem, meias palavras, é sair logo do BF e entrar de fato na RB. Mas como? Eis a questão. A transição gradual é a proposta que numa primeira análise parece a mais sensata. Diminuir-se-iam as condicionalidades até que num dado momento programado elas não mais existirão e eis que sem ninguém sentir, nem perceber, de forma indolor, e chegar enfim a RB.

Em tese esta é uma excelente proposta. E este é o seu problema, “em tese”. Lidar com uma batalha, uma luta de interesses políticos e econômicos com se fosse passível de ser enfrentada a canetadas. É uma peça de ficção, ou melhor, burocrática. Depois ficamos ofendidos quando acusam a nós, defensores da RB, de sermos loucos e utopistas. Sem dúvida que a pena é mais forte que a espada, mas precisamos de menos gente dando canetadas e porretadas e, mais gente botando a mão no bolso e na massa. Porque na prática a teoria é outra. E com base nela que faremos nossa proposição. Se estivermos errados, ótimo: o governo brasileiro finalmente começará a transição e apenas nos perguntaremos por que demoramos tanto. Se for o contrário, mais uma vez enquanto as cigarras cantam teremos muito trabalho de formiga operária para fazer.

Talvez esse discurso soe por demais pragmático. Não o é. Muito pelo contrário. Temos muito claro que falar da transição do BF para a RB é muito mais do que discutir questões técnicas ou políticas públicas. É por isso que o debate da implementação da RB não pode ser fechado na transição do BF para a RB. Não podemos reduzir a questão a mera diminuição ou aumento das condicionalidades, porque isso além de se perder no plano das proposições para não realizar nada, é fazer a RB perder sua finalidade libertária e seu princípio universal.



Reducir a RB a programa governamental e, a incondicionalidade que demanda respeito a dignidade e aos direitos humanos a mera questão técnica, resulta no desengajamento da sociedade que é a verdadeira parte interessada na diminuição das condicionalidades, e verdade seja dita, condicionalidades que só vem crescendo e não diminuindo. Não é, portanto por acaso que é a sociedade civil organizada que tem se disposto a fazer o trabalho de base quanto colocado a mão no bolso para bancar solidariamente a RB - vide os projetos-pilotos como de Quatinga Velho.

Mais do que isso, não podemos nos esquecer que enquanto discutimos aqui, abordagens, técnicas, metodologias, contrapartidas etc, que no papel tudo é muito bonito, e as vezes até bem intencionado, mas no mundo real, das pessoas que não são números de prestações de contas, contabilidades ou votos, nas comunidades distantes, nas Quatinhas Velhas, Paranapiacabas, e Otiveros Omitaras esquecidas da vida, que principalmente nelas **toda e qualquer condicionalidade explícita ou implícita irá se constituir em pura relações de poder**. Isto não significa que em cada um destes lugares reina a acomodação, clientelismo, paternalismo, assistencialismo, dependência, mas que fique muito claro, que se não reina é por mérito pessoal das pessoas envolvidas nestas relações- inclusive os agentes públicos -e não como uma virtude do sistema. Como disse Oscar Wilde *“Toda autoridade é degradante. Degrada aqueles que a exercem, como aqueles sobre quem é exercida. Quando usada com certa dose de amabilidade e acompanhada de prêmios e recompensas, torna-se assustadoramente desmoralizante. Os indivíduos, neste caso, têm menos consciência da horrível pressão a que estão sujeitos. Assim, atravessam a vida numa espécie rude de conforto, como animais domesticados, sem jamais se darem conta de que estão pensando pensamentos alheios, vivendo segundo padrões alheios, vestindo praticamente o que se pode chamar de roupas usadas do alheio, sem serem eles mesmos por um único momento. “Quem é livre”, diz arguto pensador, “não se conforma”. E a autoridade, ao seduzir as pessoas a se conformarem, cria e alimenta uma espécie muito grosseira de barbárie.”*

Por isso, pior do que a armadilha do desemprego que o BF encerra e a RB supera; as condicionalidades trazem em seu bojo um perigo ainda maior à democracia e a cidadania: Toda condicionalidade implica na supressão do exercício pleno da cidadania e é uma veia aberta para interferência do estado na vida da pessoa. Quem acha que tal interferência é válida em determinadas condições é porque nunca sofreu tal constrangimento e discriminação; não sabe o que é ser triado com pobre, tratado como povo, ou como gado, ou discriminado como cadeiro. E não falo aqui como pesquisadora, falo agora como moradora de uma comunidade carente, que não apenas viu, mas já sentiu na carne o que descreve.

A verdadeira autoridade não impõe, dispõe. Não cria condicionalidade. Cria condições e oportunidades. Para que a autoridade não seja em si um problema, é necessário que a relação seja pedagógica e não meramente de poder, para tanto o cidadão tem que antes de tudo ter o direito inalienável de poder a qualquer momento rejeita-la, sendo que da parte da autoridade esta liberdade não é o bastante. A verdadeira autoridade não deve esperar pela independência, tem a obrigação de trabalhar para que o momento de emancipação aconteça. É só na sua negação, e não na sua afirmação que a autoridade se legitima. E só cumpre seu dever quando se anula libertando o cidadão da sua dependência.

Educação não é esse show de paternalização da sociedade. Educação é o processo de transformação social de pessoas dependentes em capazes, pessoas dotadas de liberdades reais. A autoridade só é válida para uma educação livre, e a autoridade que não trabalhe contra si e a favor da emancipação do cidadão não é, portanto nem cidadã nem educativa, é contrapedagógica e autoritária.



A Educação tem valor próprio e não pode ser reduzida a moeda de troca; mera contrapartida de condicionalidades. Sobretudo a educação cidadã que não se ensina apartada do mundo, em salas de aula, mas sim se aprende na vivencia democrática da própria transformação social. A intenção ou pretensão pedagógica dos programas sociais deve, portanto se manifestar antes de tudo na própria metodologia do programa social. O programa deve ser pensado como processo pedagógico integral de empoderamento do cidadão, e não de doutrinação e controle disfarçado de escolarização.

Devemos estar cientes, portanto que entre BF e RB estamos discutindo muito mais do que desenhos de programas governamentais, estamos tomando a direção de uma cidadania verdadeira ou de uma cidadania de papel, caminhando para um estado democrático de direito ou nem tanto, de direitos civis e econômicos ou nem tanto, do fim de toda e qualquer forma de discriminação, inclusive as socioeconômicas ou nem tanto. Sem eufemismos quando discutimos com seriedade a substituição do BF pela RB devemos estar cientes que estamos apontando para duas direções opostas e contraditórias por definição: o empoderamento do cidadão ou o fortalecimento do estado de controle estatal – e quem acha que o representante político ou governamental ignora esse caráter libertário da RB subestima seu faro para o poder.

A diferença entre BF e RB -ou pelo menos a RB aplicada- não é, portanto, apenas de um direito assistencial para um direito securitário, mas de abordagem e, sobretudo, princípios. A RB é libertária, é democrática, é cidadã. Ambas têm por objetivo erradicar a miséria, mas a RB não só a miséria econômica, mas também a política. E para tanto depende e muito da metodologia com a qual é posta em prática. Para nós é impossível falar de uma RB aplicada sem o desenvolvimento das tecnologias sociais da democracia direta e da autodeterminação comunitária. Sem a quebra dos paradigmas ultrapassados que impediam sua aplicação.

É completamente falaciosa a ideia que devemos renunciar a nossa liberdade pessoal se quisermos ter alguma segurança coletiva. A verdadeira liberdade e segurança se encontram no estado de garantia quanto às liberdades reais. A própria insegurança quanto a privação da liberdade, o terror e o medo advinda da possibilidade constante da perda das condições fundamentais de vida ou subsistência, é por si só uma violência e já se constituem como um estado de pobreza.

É por isso que não podemos reduzir o combate da pobreza à materialidade. Embora a fome e a miséria sejam as formas de privação mais severas e emergenciais, a sua erradicação não pode ser feita à custa das liberdades políticas e culturais do cidadão. Assim como a pobreza não é apenas material, é o estado de privação das liberdades fundamentais. As riquezas econômica, política e cultural não estão apartadas umas das outras, mas integradas num único e mesmo capital social e podem ser convertidas umas nas outras. É por isso que se engana quem pensa que distribuímos dinheiro em QV, **o que disponibilizamos é capital para catalisa-lo em todas as suas formas via RB.** Não estamos jogando com as palavras; dinheiro sem esse capital é papel, e o próprio sistema financeiro sem essa rede de confiança e reciprocidade é só uma nuvem na internet.

Nosso compromisso com o espírito libertário e social da RB é tão profundo que temos por convicção que em países onde existam regimes autoritários ou democracias disfarçadas, uma RB incondicional viria a ser uma RB apenas no nome, uma falsa RB; pois a condicionalidade nestes estados de exceção de direitos seria tácita e estaria implícita à obediência ao próprio governo. Olhar para estes casos extremos é importante para entendermos que sem liberdade política ou cidadania plena a RB, e de modo geral todas as transferências de renda, tendem a deixar de ser instrumento de libertação, para se tornar instrumento de controle, podendo

até mesmo passar a instrumento de opressão na medida que o medo de perde-la vai se constituindo em instrumento de manobra das massas dependentes do benefício, e isto em qualquer regime, mesmo em democracias fortes- afinal nada como o receio ou os anseios econômicos para turbinar campanhas eleitorais ou militares.

Isto não quer dizer que devemos adotar a postura neoliberal do viva e deixar morrer, pelo contrário, **devemos converter a benesse em direito, e adotar a redistribuição do bem comum como base do novo contrato social**. Mais do que vigilância, o estado contemporâneo deve garantir liberdade real como base para um verdadeiro estado de paz, não apenas em suas cartas magnas, mas na sistematização de novas instituições voltadas para o paradigma político emergente que demanda o empoderamento do cidadão, e não o contrário.

Neste sentido a RB inspira novos indicadores para a avaliação do desempenho das políticas sociais, principalmente governamentais. Avaliações baseadas em índices de eficiência tanto operacionais quanto redistributiva, que uma vez comparados aos índices de desigualdade social podem determinar a eficácia e efetividade das políticas públicas, e sua legitimidade institucional. Se entendermos que a finalidade do estado é essencialmente redistributiva, Estados Contemporâneos que não produzam a redução da desigualdade social, não tem legitimidade para tributar, porque o tributo que efetivamente não reduz a desigualdade social, nada mais é do que um roubo institucionalizado.

Sobre este tema temos uma posição ainda mais suígena: defendemos uma RB mantida por contribuições voluntárias, o que não quer dizer que ingenuamente defendemos uma RB mantida somente com doações eventuais, mas sim um contrato social ou associação livre e voluntária entre pessoas que não são obrigadas ou coagidas, mesmo que por meios legais a financiar uma RB umas as outras. Até porque entre a filantropia tradicional e os impostos há outras formas mais inteligentes de atuação econômica e legal possíveis. Alternativas que devem ser experimentadas até como laboratório para o desenvolvimento de novas políticas públicas ou empreendimentos sociais. E é com isso que estamos atualmente no ReCivitas trabalhando. E é sobre estas experimentações que nos propomos a falar agora, mesmo porque criticar é muito fácil; criar proposições exequíveis a partir desta crítica, eis o verdadeiro desafio.

Nosso projeto-piloto de QV tem sido criticado por ser ridiculamente pequeno. Contudo é justamente nas suas dimensões diminutas que reside sua maior força e potencial para concepção de um plano estratégico para a implementação da RB em escala, seja em território brasileiro ou internacional. Porque não?

A necessidade de adaptação deu a QV características bastantes interesses. Seu modelo de comunidade em rede com baixo custo operacional, a torna não só extremamente barata, mas altamente replicável e muito mais fácil de se tornar autossustentável. O retorno discreto, mas significativo em termos de desenvolvimento humano e microeconômico, a torna atraente para o investimento social, sobretudo por não estar inserida na lógica dos programas de assistência social, e sim dentro da economia solidária e associativismo financeiro. Foi nesta linha que passamos a trabalhar logo após os primeiros resultados que apontaram para o caminho das microfinanças e que culminou com o projeto do Banco Social da RBG - apresentado pela primeira vez na Universidade Ritsumeikan no Japão em novembro 2010.

Hoje em dia, se tem algo menos bem quisto que governos são os bancos, mas a criação de uma ferramenta bancária social é importantíssima por três razões: primeiro que a ideia de uma contribuição compulsória é uma contradição de princípios com a RB. Segundo é perfeitamente possível eliminar custos burocráticos



quando nos associamos financeiramente, através de contratos, onde assumimos **o compromissos de contribuímos equitativamente sobre nossos rendimentos para pagar uma renda igual para todos os membros desta comunidade.** E terceiro porque dá a inclusão financeira- que é um direito econômico- o caráter social que ela deve ter e o que os bancos estão devendo.

Para não ficar sem concretude, a proposta de um banco social pode ser posta em prática por qualquer comunidade, independente de qual seja o bem comum que a constitui, desde que tenha capital social e vontade suficientes para aplicar o princípio da contribuição equitativa e redistribuição igual. Supondo vontade e capital social poderíamos, por exemplo, fazer da BIEN o princípio desta comunidade constituindo uma rede de segurança mutua a partir deste Congresso. Mas essa rede de segurança mutua não faria muito sentido, afinal muito mais condizente com o espírito universal da RB seria constituir essa rede para além das fronteiras da mutualidade, estendendo-a como uma Fundação destinada a financiar experiências de RB em todos os cantos do mundo.

Os presentes, principalmente as instituições e governos como o Brasileiro, poderiam dar contribuições extremamente valiosas se investissem sem condicionalidades o que colocaram para socializar prejuízos das instituições bancárias privadas durante a crise financeira atual. Afinal de contas, se elas são grandes demais para quebrar, as sociedades são maiores ainda, e estão sendo levadas a bancarrota no mundo.

Mas isso é evidentemente uma utopia. Embora financiar liberdade e democracia em território internacional seja sempre mais factível que no seu próprio. Perdão aos representantes presentes, também sou a representante de uma entidade jurídica, uma rede de solidariedade sem fronteira não é tarefa para pessoas jurídicas, com personalidade fictícia, mas pessoas naturais com caráter real.

Por isso quero voltar para o mundo do pequeno, mas presente, concreto e replicável. Daquilo que podemos e estamos fazendo de real para multiplicar as experiências reais de RB como Quatinga Velho pelo mundo afora.

Por uma questão de burocracia e recursos, ao invés do BIG Bank, demos prioridade ao desenvolvimento do Fundo de Investimento da Renda Básica Garantida. Uma ideia também mais simples, onde o rendimento destes investimentos ao invés de ser embolsado por executivos, vão para o pagamento de RBC em projetos-piloto como o de QV. Esse Fundo se encontra hoje em fase prévia de captação de recurso e já conta com mais de meio milhão de reais em compromissos assinados de depósitos, e que conforme o fundo estiver constituído oficialmente, o que demandará um pouco mais de burocracia e recursos, já será um capital mais do que suficiente para sustentar QV e outras comunidades.

É por isso que hoje com imensa felicidade estamos anunciando que em Janeiro de 2013 abriremos oficialmente o “call for funding” de novas comunidades de RBG para ONGs e municipalidades. E convidamos a quem estiver nos ouvindo e quiser tomar parte na fundação desta pequena rede de solidariedade sem fronteiras, a se juntar a nós.

Há quem pense que isso não é uma RB, que uma RB só pode ser paga por governos, que estamos fugindo da concepção original da idéia. Muito pelo contrário, como disse Thomas Paine, não por acaso o mais importante propositor da RB: “*Grande parte da ordem que reina na humanidade não é efeito do governo. Tem sua origem nos princípios da sociedade e na constituição natural do homem. (...) A dependência mútua e o interesse recíproco da cada homem com respeito aos outros e que todas as partes de uma comunidade civilizada tem umas em relações às outras criam um grande encadeamento que a mantém unida.* (...) É dos



grandes e fundamentais princípios da sociedade e da civilização – do uso comum consentido universalmente e mútua e reciprocamente preservado, do incessante fluxo do interesse que passando através de um milhão de canais, fortalece a massa total de homens civilizados – é de todas estas coisas, infinitamente mais que de qualquer coisa que possa fazer mesmo o melhor dos governos instituídos, que dependem a segurança e prosperidade do indivíduo e do todo. (...) Com relação a todas estas questões, o homem é uma criatura mais consistente do que ele mesmo sabe ou do que os governos desejariam que ele acreditasse.”

O espírito de uma RB sempre foi libertário e caminhou para a universalização, a RB encerra uma liberdade e igualdade tão reais, que até mesmo a nacionalidade deve perder sua condição tácita para a incondicionalidade da comunhão voluntaria entre as pessoas dispostas a garantir esse direito universalmente, sem intermediários ou impedimentos em uma rede de solidariedade sem fronteiras.

É por isso que a RB deve ser uma iniciativa internacional, porque liberdade e direitos humanos da magnitude da RB não podem conhecer fronteiras ou a descriminação entre povos e territórios. Até porque se há algo que aprendemos, não com o projeto mas com a luta invisível e silenciosa que foi colocar e manter uma única e pequena comunidade de pé praticamente sozinhos por 4 anos, é que a RB nunca virá, nunca será dada, por um motivo muito simples, ela não é uma benesse ela um é direito, e liberdades e direitos fundamentais historicamente não se concedem, se conquistam!

E o que isso tem a ver com a proposta concreta para a transição do BF para a RB? Tudo.

Não há transição. São dois programas distintos em finalidades e princípios. A melhor estratégia é o estímulo com incentivos fiscais para os investidores ou até mesmo aporte de recursos para estes fundos de investimentos do Terceiro Setor, de modo a distribuir comunidades de RBG priorizando estrategicamente as localidades mais carentes de acordo com os mapas da pobreza, que o governo possui. As ONGs tem a capilaridade. Como os recursos para a RBG financiados diretamente pela iniciativa privada e o do Bolsa-Família pelo governo, os dois atuariam de forma conjugada. A saída do Bolsa-Família seria então natural, com a própria saída da linha de pobreza, a condição primeira para seu recebimento. O BF não para enquanto se faz necessário, e cai naturalmente em obsolescência se ou quando a RB efetua seu efeito esperado.

Nós particularmente não apenas apostamos, mas trabalhamos por este momento. E podemos adiantar que esse processo de suplantação natural da RB sobre o BF irá ocorrer, principalmente porque a RB não é um programa, mas a base de uma nova economia. Em breve publicaremos os dados sobre uma nova experiência que completará dois anos com uma nova modalidade de Microcrédito consignado em RBG e que pelas características especiais de rentabilidade e confiabilidade que a RBG lhe confere consegue recapitalizar-se sem a necessidade de juros. Outra minúscula revolução dentro da pequena revolução da RB aplicada, e que fortalece essa nossa proposta: a RB é só o começo.

Há 4 anos atrás éramos apenas 2. Hoje somos um pequeno movimento. Aberto a todos que quiserem tomar parte dele. Seja como voluntários, seja como investidores sociais. Se juntando aos pioneiros que estão abrindo este Fundo de Investimento. Essa é basicamente nossa proposta aos representantes governamentais brasileiro. Aguardaremos respeitosamente a resposta, mas caminhando. Porque como diz o sábio brasileiro, “vem vamos embora que esperar não é saber quem sabe faz a hora não espera acontecer”.